



PROJETO DE LEI Nº 1.198, de 2007

Estende aos sericultores o benefício do seguro-desemprego, concedido ao pescador artesanal durante o período de defeso, conforme previsto pela Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.

Autor: Dep. ASSIS DO COUTO

Relator: Dep. LEONARDO QUINTÃO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.198, de 2007, de autoria do Deputado Assis do Couto, propõe a extensão ao sericultor que exerça a atividade, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio de terceiros, o benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de entressafra da amoreira branca.

O período de inatividade da sericultura, que deve coincidir com a época em que a amoreira não produz folhas suficientes para alimentação do bicho-da-seda, será fixado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e não poderá ser superior a 3 meses.

A proposição visa estender o direito garantido aos pescadores artesanais no período de defeso por meio da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Para tanto, propõe alterações no referido diploma legal.

O projeto foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nas três primeiras comissões, o projeto foi aprovado por unanimidade. Nesta Comissão, transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO

O Projeto de Lei nº 1.198, de 2007, vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira. A Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação - NI CFT, de 29/05/96, ao dispor sobre o assunto, define que o exame de compatibilidade ou



adequação se fará por meio da análise da conformidade das proposições com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e as normas pertinentes a eles e à receita e despesa públicas.

Para efeitos dessa Norma entende-se como:

- a) compatível a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e demais proposições legais em vigor, especialmente, a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); e
- b) adequada a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual.

Em relação à proposta apresentada, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Nota Técnica nº 421/CGSAP/DES/SPPE/MTE, de 19 de junho de 2007, assim se manifestou:

Verificamos que o nobre Parlamentar ao propor a medida de extensão do benefício seguro-desemprego aos sericicultores, o fez com base em uma análise comparativa acerca da modalidade pescador artesanal. Por esta razão, antes de analisar a proposta apresentada, teceremos breve comentário acerca da natureza jurídica seguro-desemprego aos pescadores artesanais.

O benefício seguro-desemprego é concedido ao pescador profissional que exerça atividade de pesca de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, durante o período de defeso, segundo os termos da Lei nº 10.779/2003.

O período de defeso de atividade pesqueira é fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA, em relação às espécies marinha, fluvial ou lacustre, podendo variar entre dois e cinco meses.

A finalidade de tal medida é a preservação da espécie marinha, fluvial ou lacustre durante o período em que as mesmas se reproduzem, denominado período de defeso.

Assim, em contrapartida à preservação da espécie, é concedido ao pescador o benefício no valor de um salário mínimo, desde que observados os requisitos elencados na referida Lei.

Como bem explicou o nobre Parlamentar, o bicho-da-seda se alimenta das folhas de amoreira, estas quando no período de



entressafra não produzem folhas suficientes à alimentação do bicho-da-seda.

Assim, tem-se que esta atividade laboral é uma das atividades desenvolvidas no meio agrícola sob o contrato de safra. Com efeito, os trabalhadores que desempenham atividades no meio rural, contratados por prazos curtos, fazem jus ao benefício do seguro-desemprego nos termos das Leis nº 7.998/1990 e nº 8.900/1994.

Por outro lado, os contratos de trabalho que têm datas de início e término definidos antecipadamente entre o trabalhador e o empregador, cuja extinção decorre do transcurso normal do contrato de trabalho a termo, escapam ao conceito de desemprego involuntário, que depende da dispensa sem justa causa do empregado, inclusive indireta, conforme dispõe o artigo 2º, I, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Desta forma, os trabalhadores que preencherem os requisitos estabelecidos pela Lei nº 7.998/1990 c/c a Lei nº 8.900/1994 farão jus a concessão do benefício. A título de ilustração, segue abaixo o número de trabalhadores contemplados pelo Programa Seguro-Desemprego

Ano do Requerimento	Quantidade de requerimentos	Quantidade de Segurados
2005	1.376	1.350
2006	1.205	1.180
2007	441	432

Os números acima se referem à quantidade de trabalhadores que desempenham atividade no meio rural, enquadrados na Classe 0146-5. Esta classe está subdividida em: criação de outros animais, criação de caprinos, sericicultura, apicultura, ranicultura, criação de cscargot, criação de animais domésticos e criação de outros animais.

A proposta apresentada no parágrafo 4º concede parcelas do benefício seguro desemprego aos sericicultores durante o período de entressafra, a ser fixado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que não poderá ser superior a três meses.

O Programa Seguro-Desemprego, por sua vez, regulado pela Lei nº 7.998/1990, não prevê a concessão do benefício seguro-desemprego nos termos delineados pela presente proposta, concedendo o benefício somente àqueles trabalhadores que preencherem os requisitos estabelecidos na Lei nº 7.998/1990 e Lei nº 8.900/1994.



Assim, como a modalidade de concessão do benefício seguro-desemprego proposta não está prevista no Programa Seguro-Desemprego, necessário se faz a indicação da fonte de financiamento, haja vista a norma disposta no artigo 195, § 5º, da Constituição Federal que determina "nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total".

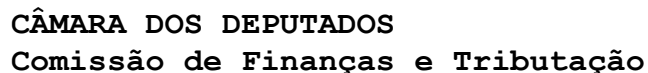
Além disso, o artigo 239 da Constituição Federal dispõe sobre as fontes de financiamento das despesas decorrentes com o Programa Seguro-Desemprego, estabelecendo que "a arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo."

Ademais, entendemos que a presente proposta tem a sua forma eivada de irregularidade, uma vez que trata da concessão do seguro-desemprego aos sericicultores em norma específica dos pescadores artesanais. Desta feita, verifica-se a ausência de compatibilidade entre o que se propõe (concessão do seguro-desemprego aos sericicultores) e a forma utilizada (alteração da Lei nº 10.779/2003), haja vista tratar-se de institutos que carregam em si peculiaridades que impedem a concessão do benefício na forma proposta.

Nestes termos, concluímos que todo o trabalhador, sem distinção do meio onde é prestada a atividade laboral, seja urbano ou rural, fará jus ao recebimento do benefício seguro-desemprego desde que preencha os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei nº 7.998/1990 c/c artigo 2º da Lei nº 8.900/1994. Dessa forma, entendemos que a matéria não necessita de regulamentação, pois a mesma encontra-se contemplada na Lei nº 7.998/1990.

Como explicitado na referida Nota Técnica, o Projeto de Lei sob análise prevê nova modalidade de concessão do benefício seguro-desemprego. Em que pese a nobre intenção da medida, o projeto eleva a despesa pública, uma vez que amplia a população de beneficiários.

Nessa circunstância, o art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), estabelece que os atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado, hipótese na qual se



- 5 -